Espanha: grupos espanhóis se retiram do FSC

Há mais de um ano que organizações espanholas exigem o cancelamento da certificação de “manejo florestal sustentável” outorgada pelo FSC à filial da empresa de celulose ENCE (Norfor), sem obter qualquer resultado. Em junho de 2005, a “Asociación pola defensa da Ria”, membro da Federación Ecologista Gallega (FEG), encaminhou à delegação do FSC na Espanha o urgente pedido de cancelamento da referida certificação (http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/cancelacionNORFOR.pdf) junto com um relatório crítico da certificação da Norfor (http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/informeNORFOR.pdf). Solicitava também que o referido relatório fosse encaminhado ao órgão central do FSC e que ele procedesse à revisão dos outros processos de certificação no mundo com a possibilidade de excluir a certificadora SGS do processo de certificação.

Devido à falta de resposta pelo FSC e a que acha que a legitimação da certificação do FSC se deve fundamentalmente à presença de grupos ambientalistas em seu interior, a Federación Ecologista Gallega resolveu, por decisão de Assembléia de 20 de maio do presente ano, retirar-se do Grupo de apoio nacional ao FSC na Espanha e solicitar aos outros grupos ecologistas espanhóis que adotem a mesma medida (vide http://www.wrm.org.uy/actores/FSC/Solicitud_Gallegos.html)

A organização exprime sua preocupação pela expansão alarmante das monoculturas em grande escala -especialmente de eucalipto para a fabricação de celulose para papel- com seus efeitos de degradação dos solos, acelerada perda de biodiversidade e desaparição ou extremo empobrecimento de comunidades rurais. Também identifica que a certificação do FSC constitui “uma das ferramentas que as empresas estão utilizando para obter suas autorizações e ajudas econômicas, além de para reforçar sua posição no mercado”. Perante isso a Federación Ecologista Gallega declara que “o apoio do movimento ecologista ao selo não pode ser um cheque em branco e faz sentido somente quando por trás de cada certificação há um manejo florestal do que razoavelmente é possível afirmar que é ‘ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável’ o que hoje está muito longe da realidade”.